

Da Marinha francesa nos trópicos: apontamentos sobre o problema colonial da febre amarela nas Antilhas à época da Restauração Bourbon

DANIEL DUTRA COELHO BRAGA¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: No intuito de explicitar entrelaçamentos entre dinâmicas ecológicas, produção de conhecimento e configuração de Estados, o artigo analisa o colonialismo francês nas Antilhas elencando como objeto a febre amarela enquanto problema colonial. Para tanto, analisa-se o circuito de cartas enviadas por médicos navais nas Antilhas à Direção de Administração das Colônias em Paris em 1820, com ênfase na carta escrita pelo médico instalado em Guadalupe em 1817, Henri Joseph Vatable, a qual foi publicada nos “Annales maritimes coloniales”, periódico de decisões administrativas e formulações científicas do Ministério da Marinha e das Colônias. Ressalta-se o controle do movimento de populações nas diferenças de relevo das ilhas como medida colonial mais importante para enfrentar o problema da febre amarela.

Palavras-chave: colonialismo francês, história ambiental, história das ciências

Abstract: In order to highlight entanglements between ecological dynamics, construction of knowledge and State framework, this article analyses French colonialism in the Antilles by focusing on yellow fever as a colonial problem. In order to do so, it examines the circuit of letters sent to the Direction of Administration of Colonies in Paris by naval physicians in the Antilles in 1820, focusing on the letter written by Henri Joseph Vatable, who was settled in Guadeloupe, in 1817. This letter ended up being published in the “Annales maritimes coloniales”, a journal devoted to administrative decisions and scientific formulations within the realm of the Ministry of Marine and Colonies. Control of population movement in different geographical areas is highlighted as the most important measure against the problem.

Keywords: French colonialism, environmental history, history of sciences

Recebido em 28/09/2018 e aceito em 25/11/2018.

1. Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista subvencionado pela CAPES. Doutorando visitante no Rachel Carson Center for Environment and Society (LMU – Munique, Alemanha) em jul.-out. 2018. @ - daniel.dutra@bol.com.br

Introdução

Em maio de 1820, um conjunto de cartas continuava uma longa viagem após chegar à França. Após terem atravessado o Atlântico, elas seguiram um deslocamento dentro dos circuitos administrativos do Estado francês em Paris, sendo enviadas da Direção da Administração de Colônias à Inspeção Geral de Saúde da Marinha francesa. O vínculo entre os dois órgãos pertencia a um mesmo quadro, que era o do Ministério da Marinha e das Colônias, o qual mantinha a tradição administrativa de organizar, simultaneamente, as ações do Estado francês em mar e em terras ultramarinas, mesmo após as turbulentas décadas que elencaram Robespierre e Napoleão como atores de destaque nesse Estado.

Esse conjunto de cartas não era um mero procedimento burocrático. Elas tinham sido escritas por médicos de diferentes ilhas das Antilhas e foram compiladas pelo general François Xavier Donzelot, então governador da Martinica, e em maio de 1820 se encontravam nas mãos do Diretor da Administração de Colônias situado em Paris, Edme Michel Mauduit, que as enviou à capital francesa. Em Paris, elas seriam analisadas de modo a orientar diretrizes para lidar da melhor forma possível com um persistente problema para a manutenção dos interesses franceses no ultramar americano: a febre amarela. Elas denotam, portanto, em que medida o Estado francês precisava se armar não apenas para combater os exércitos e moedas de outros Estados, mas também para combater os desafios que paisagens e sistemas naturais continuavam a lhe apresentar, a despeito de uma circulação e estabelecimento de longa duração em regiões ultramarinas americanas, notadamente as intertropicais.

Tendo em vista esse quadro, o presente artigo analisa o circuito administrativo que permitiu que uma dessas cartas terminasse sendo publicada no periódico que definia muitas das preocupações do Ministério

da Marinha e das Colônias à época: os *Annales maritimes coloniales*. Trata-se da carta escrita pelo médico Henri Joseph Vatable, publicada na edição de 1820 do periódico. Apontam-se, assim, diferenças entre o manuscrito que serviu de base para a publicação posterior, de modo a possibilitar um quadro sistemático de análises posteriores acerca do entrelaçamento de fatores ecológicos, administrativos e culturais, notadamente no tocante a formulações científicas, que condicionaram a atualização da preponderância do Estado francês em uma hierarquia de poderes mundial, em consonância com a posição segundo a qual circuitos de publicação são fatores decisivos nos espaços de circulação que permitem situar a produção de conhecimento (RAJ, 2007). Para tanto, o artigo se divide em três partes. Inicialmente, apresenta apontamentos historiográficos acerca do problema dos trópicos em sua relação com debates dedicados às configurações das experiências coloniais e imperiais, notadamente europeias. Em seguida, apresenta apontamentos historiográficos sobre a Marinha francesa, o problema da medicina naval e a questão colonial à época da Restauração Bourbon. Finalmente, analisam-se o manuscrito de Vatable e sua versão publicada no periódico do Ministério².

Trópicos, colonialismo e império como problema historiográfico

As regiões tropicais e os sentidos a elas atribuídos têm sido temas de diversos estudos históricos, notadamente em campos como o da história ambiental e o da história das ciências. O conceito de “tropicalidade”, originário do campo da geografia colonial francesa (BRUNEAU, 2005), é ainda o que norteia a maior parte das reflexões acerca do tema, sendo o geógrafo Pierre

2. As citações de textos originalmente em inglês e em francês são traduções livres realizadas pelo autor do artigo.

Gourou (1900-1999) uma referência para estudos como, por exemplo, os do botânico Francis Hallé, que recupera os trabalhos do geógrafo no intuito de refletir sobre uma definição dos trópicos baseada não apenas em critérios astronômicos, mas também com base em características de solos e regimes de pluviosidade (HALLÉ, 2010, p. 69). Para o historiador David Arnold, o conceito de tropicalidade remete aos trópicos enquanto espaço conceitual, permitindo refletir sobre formas por meio das quais os trópicos foram culturalmente apropriados no sentido de estabelecer alteridades em relação a zonas temperadas, ideais de “civilização”, a manutenção de regimes de escravidão e, também, o lugar de regiões tropicais enquanto uma economia complementar a zonas temperadas “centrais”, notadamente as europeias (ARNOLD, 1996b). Em história das ciências, Nancy Stepan analisou algumas possibilidades oitocentistas de enquadramento em imagens de espécies e doenças tropicais, além de sugerir que algumas formulações do racismo científico de Louis de Agassiz se articulariam a uma concepção de alteridade por meio da tropicalidade (2001).

É no campo de estudos dedicados ao problema da longa duração do que comumente se denomina uma “medicina de países quentes” que o potencial do problema dos trópicos se entremeia com maior evidência às questões referentes às diferentes formas de colonialismo e imperialismo. Historiadores como o supracitado David Arnold já defenderam a possibilidade de análises de longa duração que indiquem continuidades entre a dita medicina ocidental anterior ao século XIX e a institucionalização do campo da medicina tropical, concebendo a possibilidade de analisar uma “perspectiva de longa duração acerca da medicina tropical” (ARNOLD, 1996a, p. 5). A medicina tropical, por sua vez, além de ser analisada levando-se em consideração a dimensão local de eficácia e formulação de suas práticas, também é recorrentemente analisada enquanto um dos alicerces

que permitiu a reprodução de quadros imperiais hierarquicamente divididos entre metrópole e colônia ou centro e periferia. Michael Pearson, por exemplo, afirma, em sua análise do que reconhece como sistemas médicos europeus e indianos, que a “medicina tropical cada vez mais parece ter sido o resultado de uma relação sinérgica entre centro e periferia” (1996, p. 29). Um historiador de destaque nesse campo foi o estadunidense Philip De Armond Curtin (1922-2009), que em sua tentativa de matizar a explicação dos fatores que condicionaram o êxito de estabelecimentos imperiais em regiões tropicais ressaltou que o papel de práticas como a inoculação e o uso da quinina teria sido menos decisivo do que o próprio conhecimento dos terrenos onde as tropas de exércitos europeus deveriam se movimentar, ressaltando, portanto, o papel da interação com ambientes locais como mais decisivos, em determinados períodos, que o papel das próprias práticas de uma medicina científica (CURTIN, 1989, p. 160). Uma análise de destaque é, também, a estabelecida por Sandra Caponi e Annick Opinel, ressaltando as especificidades epistemológicas das transformações desse quadro de concepções – não imputando, portanto, a noção de “medicina tropical” a períodos anteriores à institucionalização do campo com referência nas formulações do inglês Patrick Manson, mas ressaltando a especificidade de formulações da geografia médica, por exemplo. O quadro francês de hierarquias geográficas, por sua vez, é apontado em sua análise no tocante ao uso do termo “exótico” em vez de “tropical” na institucionalização do campo (CAPONI e OPINEL, 2017, p. 103).

Para além das questões epistemológicas, no que se refere ao campo francês de experiências e conflitos coloniais, o problema dos trópicos é recorrentemente apontado, ainda que por meio de recursos narrativos consideravelmente distintos. Que a febre amarela, por exemplo, desempenhou um papel importante no jogo de poderes em território

colonial francês, não resta dúvida. Narrar esse papel, no entanto, permanece em igual medida um jogo de poderes. Jean François Brière, por exemplo, em sua obra acerca das relações entre a então recém-instaurada República do Haiti e o Estado francês ao longo da primeira metade do século XIX, faz questão de ressaltar os fatores naturais que criaram obstáculos aos avanços bélicos franceses, embora atenha-se, em sua interpretação, à tensão acerca de interpretar a cadeia de eventos de *Saint Domingue* como decorrentes ou de uma cultura política instaurada por meio da Revolução francesa de 1789 ou, por outro lado, de uma cultura política de fundamentos locais oriundos da própria colônia (BRIÈRE, 2008). Já o historiador Shawm Miller, por sua vez, em tentativa de síntese acerca do quadro de relações que reiterou percepções de determinismo tropical em regiões americanas, traz as doenças tropicais para o centro do fio narrativo, reiterando que elas “desempenharam papel central em manter o Haiti livre” (MILLER, 2007, p. 113). À tensão interpretativa entre uma revolução decorrente do jacobinismo metropolitano ou de uma cultura política local, somar-se-ia, portanto, outra variável: o Haiti seria obra não dos “jacobinos negros”, para usar a expressão do clássico livro de Cyril Lionel Robert James, mas de mosquitos. Esse viés interpretativo, no entanto, parece elidir em grande medida a agência e as diferenciações tanto das sociedades humanas instaladas nas Antilhas quanto a dos agentes oriundos da Europa que já possuíam a memória de uma cadeia de interações com sistemas naturais tropicais. Trata-se de um raciocínio em grande medida distinto do promovido pela historiadora Françoise Thésée, por exemplo, que, no tocante a conflitos ocorridos na Martinica após a Revolução que culminou na República do Haiti, também abordou o impacto da febre amarela na dinâmica demográfica dos conflitos locais, notadamente ao narrar a “revolta dos escravos do Carbet”, destacando, no entanto, o papel do que designou como “milícias

de cor” locais que continuavam a marchar contra os insurretos a despeito das baixas demográficas das forças armadas (THÉSÉE, 1997, p. 124). No tocante a uma cadeia propriamente institucional de interações coloniais com sistemas tropicais, uma proposta analítica igualmente mais complexa para o caso francês é a de James E. McClellan III, que buscou elencar uma cadeia propriamente institucional de diretrizes no que denominou o “Antigo Regime nos Trópicos” (McCLELLAN III, 1992, p. 21-108), ressaltando o papel das redes locais de produção de saberes e ciência que otimizaram a eficácia administrativa da colônia – objetos que levaram esse autor a, posteriormente, defender a ideia de uma “máquina colonial” (McCLELLAN III e RIGOURD, 2011) como modelo explicativo para o quadro francês de experiências ultramarinas. Michael Osborne, por sua vez, sublinhou o papel de experiências de expedições em regiões tropicais (1996), além das experiências médicas militares em instituições e lugares coloniais, como prisões e portos (2014), frisando a complexidade da longa duração de uma cadeia de experiências francesas em regiões tropicais e as diferentes acepções que as formulações de Hipócrates poderiam adquirir nesse campo, aproximando-se, nesse sentido, das reflexões de Lorelai Kury acerca das diferentes apropriações que viajantes de diferentes inscrições sociológicas poderiam fazer acerca dos significados dos diferentes climas (2001).

O problema dos trópicos permanece, portanto, um problema, não apenas temático, mas também conceitual, e que merece atenção justamente por guardar o potencial de, ainda que indiretamente, reproduzir ou corroborar visões reducionistas ou mesmo deterministas em interpretações históricas. Trata-se de problema decisivo também para pautas historiográficas referentes à América Latina, por exemplo, notadamente em história ambiental. Como ressaltado por John Soluri, Claudia Leal e José Augusto Pádua, existe “uma

diversidade no interior da diversidade das regiões tropicais da América Latina à qual devem fazer face acadêmicos e os demais no intuito de ir além de estereótipos ou compreensões deterministas da tropicalidade” (2018, p. 13).

Marinha, medicina naval e colonialismo

Oficiais de forças armadas, sobretudo os pertencentes à Marinha de um determinado Estado, são um tipo de ator histórico cujos vestígios são ricos para a escrita da história dos embates perante diferentes paisagens e regiões por um motivo muito simples: soldado ou marinheiro, o oficial se desloca. Tivessem os piratas deixado tantos registros escritos – ou sido tão observados – quanto os oficiais de forças armadas, suas impressões, práticas e interações com diversas regiões do planeta também figurariam entre vestígios importantes, corroborando as possibilidades de narrar em larga escala o que o historiador Michael Wintroub reconheceu como “epistemologias piratas” (2017, p. 257). No entanto, devido à submissão dos oficiais viajantes a uma “máquina escriturária” tão ambiciosa – apesar de suas brechas – como o foram muitos Estados, seu protagonismo em arquivos é relativamente maior e, portanto, também o é na apropriação de vestígios para a escrita da história.

É em função de seus deslocamentos que oficiais de forças armadas são sociologicamente reconhecidos como um fator importante na circulação e configuração de saberes acerca de diversas regiões, sobretudo os cirurgiões e médicos pertencentes a seus quadros. Trata-se de um ponto já assinalado em linhas gerais no campo de história ambiental (DRUMMOND, 1991, p.183-184) e ressaltado por Nancy Stepan, tanto no tocante às forças armadas britânicas como francesas, ao afirmar que a maior parte dos “médicos que escreveram acerca de febres no Setecentos tinham passado parte de sua vida

profissional em colônias tropicais ou em serviço militar e naval em climas quentes” (STEPAN, 2001, p. 155-156). Como apontado anteriormente, Michael Osborne, em referência ao caso francês, destacou a especificidade das práticas e formulações científicas de oficiais da Marinha em função tanto das escolas de medicina portuárias como do campo diferenciado de experiências ultramarinas aos quais se expunham, mas o fez sublinhando as condições propriamente institucionais que formulavam seus objetos e condicionavam sua formação científica (OSBORNE, 2014). Portanto, se o papel individual de viajantes na possibilidade de configurações de saberes aptos a serem apropriados por diretrizes imperiais é recorrentemente apontado, como no caso da análise de Stephen Bell sobre a permanência do viajante Aimé Bonpland na América do Sul (2004), o papel de viajantes institucionalmente “ancorados” em seus Estados de origem por meio das Forças Armadas é no mínimo igualmente amplo nesse sentido.

Entretanto, os estudos em história dedicados a forças armadas, ao menos no tocante ao caso francês, apresentam de modo geral a tendência a se dissociar dos estudos oriundos de campos disciplinares como a história das ciências e a história ambiental, o que contribui para que esse tipo de potencial analítico no que se refere a seus vestígios permaneça pouco explorado. Sabe-se que o oficial viaja, mas pouco se sabe sobre o que sente ou cria em diferentes lugares conforme viaja. É o que se percebe, por exemplo, em estudos como os de Étienne Taillemite, que enfatizam experiências ultramarinas (1988) e também expedições (1997) sem, contudo, ressaltar a especificidade das práticas científicas, seguindo em vez disso um fio narrativo de enaltecimento da instituição, em grande medida situado na própria França. O estudo de Jeanine Potelet (1993), por sua vez, embora mobilize a categoria social dos viajantes pertencentes à Marinha em sua análise acerca de relatos de viagem sobre o Brasil, não tece muitas reflexões

acerca do que haveria de específico em tais relatos justamente em função de tal inscrição sociológica dos viajantes. Há, contudo, exceções, como os trabalhos de Michel Sardet (2005, 2007) que, ainda que mantendo um fio narrativo de enaltecimento da instituição, ressaltam a especificidade de práticas científicas e trajetórias de formação nos quadros da Marinha.

A Marinha francesa, por sua vez, por estar organizada por meio de um Ministério igualmente dedicado às Colônias, encontra-se, na primeira metade do século XIX, inextricavelmente conectada aos sentidos da manutenção do colonialismo francês. A complexidade das permanências e rupturas decorrentes da Revolução foram objeto de publicações como a de Yves Benot (1988) e a de Jean Tarrade (1989), e as interpretações acerca da manutenção das atividades coloniais no período da Restauração são variadas. Olivier Pétré-Grenouilleau, por exemplo, afirma que houve uma expectativa institucional, à época da Restauração, no sentido de efetivamente recuperar parte da presença colonial ultramarina anterior à Revolução (2007, p. 25-26), ao passo que Marc Michel reconhece, nesse período, uma disputa mais simbólica nesse sentido (1992).

Do manuscrito à publicação: a febre amarela segundo Vatable

As observações feitas por Vatable acerca da febre amarela atravessaram um circuito administrativo muito específico, no qual se concatenam construção de conhecimento e controle territorial. As cartas enviadas a Paris denotam em que medida as experiências nas Antilhas poderiam ser coordenadas. O médico escreveu suas observações acerca da febre amarela na ilha de Basse-Terre, em Guadalupe, em fevereiro de 1817. Em fevereiro de 1820, elas tinham sido recolhidas pelo então governador da Martinica, François Donzelot, que recebera, em abril de 1819, uma carta da Direção de Administração de Colônias “relativa ao estado sanitário

da Colônia”. Na carta que enviou à Direção em fevereiro de 1820, o governador ressaltou que se comunicara não apenas com os oficiais de Saúde em atividade nos hospitais, mas também que aproveitou a ocasião para “sondar a opinião dos médicos e cirurgiões tendo uma prática mais ou menos longa mas conhecidos por exercer com alguma distinção nos diversos lugares das Colônias” (DONZELOT, 1820, f. 1). Em seu próprio escrito, o governador já ressaltava que, dentre os vinte escritos selecionados, a maior parte dos médicos era favorável à hipótese da não contagiosidade da febre (DONZELOT, 1820, v.1). As cartas foram enviadas de Fort-Royal à Direção de Administração de Colônias em Paris (DONZELOT, 1820). Embora o governador tenha enviado as cartas ao barão de Portal, Pierre Barthélemy d’Albarèdes (1765-1845), que efetivamente esteve à frente dessa direção nos anos iniciais da Restauração Bourbon – inclusive vindo posteriormente a se tornar Ministro da Marinha entre dezembro de 1818 e dezembro de 1821 (ZANCO, 2011, p. 95) –, elas foram enviadas à Inspeção Geral de Saúde por outro diretor, Edme Mauduit (MAUDUIT, 1820), o que denota uma manutenção dos circuitos de comunicação apesar da frequente troca de cargos no interior do Ministério da Marinha e das Colônias. Em sua carta, datada de 27 de maio de 1820, o diretor solicitava ao Inspetor Geral de Saúde que “fizesse parte à Direção das Colônias o mais prontamente que puder as observações às quais o exame das memórias desse lugar” (MAUDUIT, 1820, f.1), o que demonstra por sua vez a hierarquia do canal de comunicação em que esses saberes circulavam e eram produzidos.

O que cabe ressaltar dessa trajetória institucional é que essas cartas finalmente foram analisadas por Pierre François Kéraudren (1769-1857), que foi inspetor geral de saúde da Marinha francesa entre 1813 e 1845 (BRISOU e SARDET, 2010, p. 440-441). Kéraudren já foi caracterizado como tendo atuado em fraca conexão com as atividades desempenhadas

nos portos franceses e também como tendo sido conhecido por um certo nepotismo e ações em benefício próprio (OSBORNE, 2014, p. 118). No entanto, nessa posição, esse nativo de Brest esteve encarregado de diversas funções, tais como a redação de instruções sanitárias para viagens científicas e a análise de relatórios médicos escritos por cirurgiões que participaram dessas viagens. A correspondência trocada com médicos instalados em regiões ultramarinas também era uma tarefa importante, e por meio dela o inspetor igualmente desempenhou um papel ainda mais decisivo enquanto crivo de informações que poderiam ser publicadas nos “*Annales maritimes coloniales*” – tal como demonstra a correspondência mantida com a Direção de Administração de Colônias em 1831, na qual afirma que gostaria de encaminhar parte dos trabalhos do médico Brusseuil, que realizara viagens ao Rio de Janeiro e a Madagascar, para serem publicados no periódico (KÉRAUDREN, 1831). Mais que mero agente burocrático, Kéraudren era, portanto, uma figura chave no quadro de relações de produção de conhecimento no Estado francês, sobretudo acerca de regiões ultramarinas tropicais.

Logo, é plausível afirmar que foi por meio de Kéraudren que as observações de Vatable chegaram à edição de 1820 dos *Annales maritimes coloniales*. Na publicação, o médico faz menção a outros doutores que tinham se dedicado à doença, como Deveze em análises das epidemias ocorridas na Filadélfia em 1793 e 1797 (VATABLE, 1820, p. 774), assim como outros “historiadores da febre amarela” (1820, p. 779), dentre os quais os médicos Caillot, Bally e notadamente Moreau de Jonnes, mencionando seu “*Essai sur l’hygiene militaire des Antilles*”³, além de mencionar o próprio Kéraudren (VATABLE, 1820, p. 783). Seguindo um padrão de observações desse

3. Os escritos de Moreau de Jonnes foram analisados por Gregory Beriet sob a chave da “medicalização do discurso racista” (BERIET, 2005, p. 6).

gênero textual, o médico se ateu à descrição dos sintomas averiguados na epidemia, citando “cefalalgia suborbital”, “dor no epigastro”, “vermelhidão da conjuntiva, coloração da face, gosto amargo na boca, revestimento mucoso e amarelado da língua, náuseas, vômitos de matérias verdes”, bem como “abatimento das forças morais” (VARIABLE, 1820, p. 777). Os sintomas registrados após quatro dias de doenças seriam os de maior intensidade, sendo a esse período que o médico vinculou sintomas de ataxia, os recorrentemente citados “vômitos de matérias negras”, além de convulsões, delírio e coma, descritos pelo médico como “em uma palavra todos os acidentes que prefiguravam um término fúnebre da doença” (VARIABLE, 1820, p.778). Também registrou alguns métodos utilizados para cura. Dentre esses métodos, citou o uso de vesicantes e calmantes, assim como do ácido carbônico retirado de carbonato de potássio por meio de suco de limão, além de banhos tanto quentes como frios, fricções com fatias de limão e, finalmente, o uso de ácidos minerais, nitrato de potássio, cânfora, ópio, ou, enfim, como o próprio médico resumiu, “em uma palavra, todos os meios que foram aconselhados para o tratamento da febre amarela e que puderam ser empregados sem o medo de agravar a doença ou algum sintoma” (VARIABLE, 1820, p. 781-782). Após citar o uso de outras substâncias e plantas que também poderiam ser úteis para o tratamento, o médico conclui suas descrições, no entanto, de forma pessimista, admitindo que

“(…) nos casos graves da febre amarela, qualquer que tenha sido o método empregado, os infortúnios foram os mesmos, e êxitos obtidos vez ou outra não poderiam consolar o médico do lamento de se tornar a triste testemunha da impotência de sua arte e da pronta destruição do doente” (VARIABLE, 1820, p. 782)

O que chama a atenção na descrição de Vatable, todavia, é como as nuances geográficas da ilha de Basse-Terre, tais como seu relevo, são

elencadas na narrativa de modo a fornecer exemplos de reações humanas possíveis no intuito de se defender da febre amarela. Vatable ressaltou que a epidemia não esteve restrita aos limites da cidade de Basse Terra, se expandindo para outros lugares da ilha (1820, p. 775). O médico diferencia a área da cidade de Pointre-à-Pître, tornada centro do comércio colonial “por sua posição”, ressaltando que nela a febre se desenvolvera “com uma violência que nada poderia conter” (VATABLE, 1820, p. 776). Utilizando um vocabulário característico da região, o médico ressalta que os “*mornes*”, ou seja, morros da cidade de Basse-Terre, teriam funcionado como lugares “onde é possível se retirar ao longo da estação de doenças” (VATABLE, 1820, p. 776). Vatable registrou ainda que grupos de pessoas foram “afastados das bordas do mar, à medida que desembarcavam, e distribuídos nos campos de Beau-Soleil e Voltier, situados a pouca distância de Basse Terre, em habitações elevadas e frescas devido às brisas do leste” (1820, p. 776). O conhecimento das nuances do território, portanto, ocupava um lugar importante na gestão da doença, tão importante quanto o uso de substâncias como a quinina, o óleo de rícino ou o tartarato de potássio.

As observações de Vatable se encerram tentando se posicionar perante o grande dilema que perturbava os homens da Marinha francesa à época: descobrir se a febre amarela era ou não contagiosa. O texto é encerrado com “algumas reflexões sobre as medidas sanitárias as mais importantes que se conviria adotar para a conservação das tropas e pessoas destinadas ao serviço das colônias”, retomando as reflexões que colocam em evidência as especificidades do terreno e ressaltando que “a febre amarela se manifesta no litoral e não se estende aos lugares situados no interior das terras e sobre os morros expostos às brisas do leste” (VATABLE, 1820, p. 784). A posição de Vatable quanto à controvérsia é, no entanto, consideravelmente ponderada, e coloca em evidência não apenas as

especificidades das Antilhas como também o impacto das durações dos fluxos de migração:

Às Antilhas, ela é endêmica ao longo das bordas do mar, ao longo da estação de calor, e os Europeus recém chegados estão sujeitos a ela, até que estejam aclimatados por uma permanência de alguns anos em algumas dessas ilhas. Não se poderia decidir, de uma maneira igualmente positiva, se a doença foi contraída por uma via contagiosa, ou se em vez disso não teria sido determinada pela ação das causas às quais os recém-chegados são igualmente expostos” (VARIABLE, 1820, p. 784).

Em vez de se posicionar enfaticamente acerca da questão da contagiosidade, o texto é encerrado por meio de uma recapitulação de medidas práticas a serem adotadas ou mantidas. Dentre essas medidas, destacam-se a advertência de que “quando operações militares ou de razões políticas não forcem o ministro a precipitar o envio de tropas, seria vantajoso enviá-las apenas ao fim do outono”, assim como a sugestão de manejá-las, quando desembarcadas, de modo a “afastá-las prontamente das bordas do mar, e distribuí-las nos campos estabelecidos sobre os morros e bem arejados, com a preocupação de lá retê-las até que fossem aclimatadas” (VARIABLE, 1820, p. 785). Tendo-se em conta essas advertências, as observações de Vatable parecem ir ao encontro da constatação de Philip Curtin no sentido de que, em termos de apropriação de espaços naturais tropicais, o conhecimento dos terrenos e a possibilidade de deslocar pessoas em seus espaços de modo a subverter a exposição a epidemias foi um fator de gestão importante que possibilitou o êxito de migrações europeias. O fato de terem sido publicadas em um periódico da Marinha, por sua vez, pode ter corroborado a adoção institucional das práticas sugeridas pelo médico.

No que se refere propriamente ao processo editorial, as observações publicadas nos “*Annales*” não diferem muito do texto original escrito em

versão manuscrita em 1817 e enviado a Kéraudren em 1820, a não ser por alguns trechos que foram suprimidos. Dentre os trechos suprimidos, destacam-se citações em latim, notadamente a epígrafe do manuscrito, mas também alguns parágrafos que narram justamente os impasses encarados pelo então recém-chegado governador de Guadalupe no tocante à gestão de pessoas no circuito metrópole-colônia. Os primeiros parágrafos suprimidos se encontram na primeira folha do manuscrito, e provavelmente foram retirados porque são, em grande medida, um registro de “modéstia afetada” por meio do qual o médico afirma não ter muito o que adicionar às descrições até então realizadas sobre a febre amarela, “sua invasão, seus principais sintomas, sua evolução, seus diversos períodos, suas complicações, seus efeitos sobre os diferentes órgãos da economia animal”, posto que essas descrições deixariam “pouco a desejar” (VARIABLE, 1817a, f.1). Esse registro, no entanto, já demonstra o uso de um vocabulário conceitual acerca da compreensão da doença e também permite apreender o que o médico considerava o maior desafio referente à doença. Vatable afirma que “os métodos curativos que foram recomendados” seriam menos satisfatórios que as descrições da doença (VARIABLE, 1817a, v.1).

Um segundo trecho suprimido do manuscrito, no entanto, denota tensões que vão para além da compreensão da doença e estabelecimento de práticas curativas. Ao narrar a epidemia de 1816, Vatable terminou por registrar decisões de controle de pessoas nas Antilhas, além da própria narrativa referente à efetivação do controle de Guadalupe pela França. O médico apontou que “o perigo se tornava tão premente para Europeus não aclimatados” que foi recebida com ‘lamento a notícia da chegada próxima de uma expedição destinada a Guadalupe” (VARIABLE, 1817a, v.2), o que revela a escala de descompasso entre as decisões tomadas na França e a dinâmica de doenças em locais ultramarinos. Além disso, o médico ressaltou

que, “apesar do desejo que sentiam os habitantes da ilha de retornar sob o governo da Metrópole, fizeram-se votos para que a partida das tropas na Europa fosse adiada” (VARIABLE, 1817 a, v.2). A expedição vinda da França deveria esperar “o retorno da temporada sã” (VARIABLE, 1817a, f.3). Em seguida, o médico narrou a chegada do conde de Lardenoy em 25 de julho, sendo então Guadalupe remetida à “Sua Excelência” quando da chegada do conde “cujo coração puro, franco, leal como aquele de nossos antigos cavaleiros trazia à Colônia o presságio de dias de paz e plenitude” (VARIABLE, 1817a, f.3). O parágrafo seguinte, no entanto, retomava a narrativa da epidemia sob teor trágico que, “no entanto, o mal aumentava a cada dia” (VARIABLE, 1817a , f.3).

Esses trechos podem ter sido suprimidos da publicação feita três anos depois em Paris em função de não apresentarem informações específicas acerca da epidemia. Porém, é plausível cogitar que tenham sido removidas pelo fato de narrarem justamente uma certa fragilidade do “concerto colonial” francês, dado que a “Metrópole” enviava um súdito de Louis XVIII para efetivar a permanência de Guadalupe sob o âmbito territorial francês justamente quando da eclosão de uma epidemia de febre amarela. A narrativa demonstraria em que medida a manutenção de medidas preventivas como as quarentenas, sem a efetiva resolução da dúvida acerca da natureza contagiosa ou não da febre amarela, poderia ter consequências não só “administrativas”, mas também políticas.

Cabe ressaltar, também, que não foi somente em 1820 que o canal institucional situado em Paris manifestou interesse no que Vatable teria a dizer acerca da febre amarela. O manuscrito de Vatable que chegou a Paris em 1820 foi enviado ao governador de Guadalupe acompanhado de uma carta, datada de 24 de fevereiro de 1817, na qual o médico explicita que escreveu uma “história” da doença sob ordens de um intendente para que o

Ministro da Marinha pudesse ter mais informações acerca da então recente epidemia (VARIABLE, 1817b, f.1). O médico se pôs a escrever em 1817, portanto, não apenas visando a leitura de dirigentes locais que, do território colonial, decidiriam se suas impressões deveriam ou não ser lidas em Paris, mas já tendo em vista a eventual transmissão de seus registros às posições de comando do Ministério da Marinha e das Colônias.

A cadeia de usos e apropriações dos esforços de Vatable, enfim, não terminou apenas na edição de 1820 dos “*Annales maritimes et coloniales*”. Embora não tenha sido citado pelo inspetor general, é plausível afirmar que as observações de Vatable, assim como as observações de outros médicos reunidas pelo governador da Martinica, serviram de base para que Kéraudren pudesse, de Paris, refletir sobre a questão da contagiosidade da febre amarela, reflexão esta que culminou na publicação da obra “Da febre amarela, observada nas Antilhas e nas embarcações do Rei, considerada principalmente sob o aspecto de sua transmissão” (KÉRAUDREN, 1823). A “Metrópole” citada nos escritos do médico, portanto, reconfigurava suas diretrizes por meio das experiências em territórios coloniais.

Considerações finais

Os homens da Marinha e do Estado franceses que buscaram manter a interação e o exercício de poder em regiões ultramarinas tropicais precisaram contemplar esses espaços em sua complexidade. O caso de Vatable demonstra como um circuito de troca de informações poderia reiterar a percepção de que o movimento de pessoas em diferentes áreas das ilhas de Guadalupe poderia ser uma medida de administração colonial eficaz. A gestão da movimentação de pessoas (CURTIN, 1989) e o “poder do lugar” na configuração de percepções e produção de conhecimento sobre as doenças (OSBORNE, 2014) foram fatores continuamente articulados em

canais do Estado francês, os quais conectavam o arquipélago de Guadalupe, os portos franceses e Paris não apenas por meio de embarcações, impostos e cartas, mas, também por meio de ideias. A edição de seus manuscritos no periódico, por sua vez, revela como os atores situados no dito “centro metropolitano” precisavam enfrentar a complexidade das dinâmicas coloniais, interpretando-as e as discutindo em esfera pública. Mais do que mera burocracia, o Estado francês mantinha, portanto, uma série de canais que permitiam uma atualização contínua das experiências territoriais. Apesar da eventual fragilidade perante dinâmicas ecológicas, uma escala de comunicação era eficazmente mantida. Os atores situados em territórios coloniais se encontravam, evidentemente, subordinados a hierarquias constitutivas das Forças Armadas e do Estado francês, mas seus “cálculos” e sua agência eram elementos decisivos para que os atores situados em portos franceses ou mesmo em Paris pudessem garantir a eficácia do governo.

A constatação das especificidades desse processo é importante no sentido de apontar em que medida a “apropriação dos recursos da natureza e a valoração das paisagens” com efeito “possuem uma clara historicidade” (PÁDUA, 2010, p. 93), e na chave dessa historicidade é possível compreender dispositivos que explicam, por exemplo, a complexidade da produção de conhecimento em um quadro global e a preponderância de determinados poderes no quadro da modernidade (RAJ e SIBUM, 2015). Campos disciplinares como a história ambiental e a história das ciências, nesse sentido, podem “abordar as grandes questões da história” e “se infiltrar em outros campos” (ARMIERO, 2017, p. 48), explicitando em coordenação a complexidade de determinadas ações e circuitos de produção de conhecimento na consolidação de quadros de colonialismo e imperialismo, ressaltando suas especificidades sincrônicas e as diferenciações sociológicas que compõem os choques e dinâmicas ecológicas em dada região – uma

vez que a história ambiental, “como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas” em análises que visam a “historicidade dos sistemas naturais” (PÁDUA, 2010, p. 97). Nesse sentido, tendo-se em vista o amplo escopo de regiões e sociedades humanas que atingiu, o colonialismo francês é ainda um tema sobre o qual há muita história a se contar.

REFERÊNCIAS

a) Manuscritos arquivados no Service historique de la Défense – Vincennes, França

DONZELOT, François Xavier. Carta enviada ao Barão de Portal. Fort Royal, 19 de fevereiro de 1820. SHD - Vincennes, Sub-série CC 2, Códice 948.

KERAUDREN, Pierre François. Carta enviada ao Diretor de Administração de Colônias. Paris, 21 de março de 1831. SHD – Vincennes, Sub-série CC2.

MAUDUIT, Edme Michel. Carta enviada a Pierre Kéraudren. Paris, 27 de maio de 1820. SHD - Vincennes, Sub-série CC 2, Códice 948.

VATABLE, Henri Joseph. Observations sur la fièvre jaune qui a régné a la Guadeloupe, durant l’année 1816. Basse-Terre, 22 de fevereiro de 1817. 1817a. SHD - Vincennes, Sub-série CC 2, Códice 948.

VATABLE, Henri Joseph. Carta ao “Monsieur le Gouverneur et Administrateur” [François Xavier Donzelot]. Basse-Terre, 24 de fevereiro de 1817. 1817b. SHD - Vincennes, Sub-série CC 2, Códice 948.

b) Fontes impressas

KERAUDREN, Pierre. *De la fièvre jaune, observée aux Antilles et sur les vaisseaux*

du Roi, considérée principalement sous le rapport de sa transmission. Paris: Imprimerie Royale, 1823.

VATABLE, Henri Joseph. Observations sur la fièvre jaune qui a régné à la Guadeloupe pendant l'année 1816. In: BAJOT, M. *Annales maritimes et coloniales.* Année 1820. IIe. Partie. Paris: Imprimerie Royale, 1820, p. 774-787.

c) Livros e artigos

ARMIERO, M. Environmental History between Institutionalization and Revolution. A short commentary with two sites and one experiment. In: OPPERMAN, S.; IOVINO, S. (Eds.). *Environmental Humanities. Voices from the Anthropocene.* London/New York: Rowman Littlefield, 2017, p.45-59.

ARNOLD, D. Introduction: tropical medicine before Manson. In: ARNOLD, D. (Ed.). *Warm Climates and Western Medicine: the emergence of Tropical Medicine, 1500-1900.* Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1996a , p. 1-19.

ARNOLD, D. *The problem of Nature. Environment, Culture and European expansion.* Oxford/Massachusetts: Blackwell, 1996b.

BENOT, Y. *La Révolution française et la fin des colonies.* Paris: La Découverte, 1988.

BELL, S. Individual Agency and Ecological Imperialism: Aimé Bonpland in Southern South America. In: BRANNSTROM, C. (Ed.). *Territories, commodities and knowledges: Latin American Environmental Histories in the Nineteenth and Twentieth Centuries.* London: Institute for the Study of the Americas, 2004, p. 247-272.

BERIET, G. La lutte contre la fièvre jaune dans les Antilles françaises: marine, médecine et pratiques coloniales (fin XVIIIème – début

- XIXème siècle). In: GIS RÉSEAU AMÉRIQUE LATINE. *Actes du 1er Congrès du GIS Amérique latine: Discours et pratiques de pouvoir en Amérique latine, de la période précolombienne à nos jours, 3-4 novembre 2005*, Université de La Rochelle, La Rochelle, 2005.
- BRIÈRE, J-F. *Haïti et la France. Le rêve brisé. 1804-1848*. Paris: Karthala, 2008.
- BRISOU, B.; SARDET, M. (Dir.). *Dictionnaire des médecins, chirurgiens et pharmaciens de la Marine*. Vincennes: Service Historique de la Defense, 2010.
- BRUNEAU, M. From a centred to a decentred tropicality: Francophone colonial and postcolonial Geography in monsoon Asia. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v.26, n.3, p. 304-322, 2005. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/toc/14679493/26/3>> Acessos em 28.set.2018
- CAPONI, S.; OPINEL, A. *De la Géographie Médicale à la Médecine Tropicale*. Florianópolis: NEL, 2017.
- CURTIN, P. D. *Death by migration: Europe's encounter with the tropical world in the nineteenth century*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1989.
- DRIVER, F.; MARTINS, L. *Tropical Visions in Age of Empire*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2005.
- DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Avançados*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319>> Acessos em: 27.set.2018
- HALLÉ, F. *La condition tropicale: une histoire naturelle, économique et sociale des basses latitudes*. Paris: Actes Sud, 2010.
- KURY, L. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris: L'Harmattan, 2001.

- MICHEL, M. La colonisation. In: SIRINELLI, J-F. (Dir.). *Histoire des Droites en France. Sensibilités*. Paris: Gallimard, 1992, p. 125-163.
- McCLELLAN III, J.; REGOURD, F. *The Colonial Machine: French Science and Overseas Expansion in the Old Regime*. Turnhout: Brepols Publishers, 2011.
- McCLELLAN III, J. *Colonialism and Science: Saint Domingue in the Old Regime*. Johns Hopkins Univ. Press, 1992.
- MILLER, S. W. *An Environmental History of Latin America*. Cambridge/ New York: Cambridge Univ. Press, 2007.
- OSBORNE, M. A. *The emergence of tropical medicine in France*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.
- OSBORNE, M. A. Resurrecting Hippocrates: Hygienic Sciences and the French Scientific Expeditions to Egypt, Morea and Algeria. In: ARNOLD, D. (Ed.). *Warm Climates and Western Medicine: the emergence of Tropical Medicine, 1500-1900*. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1996, p. 80-98.
- OSBORNE, M. A. *Nature, the Exotic, and the Science of French Colonialism*. Bloomington/Indianapolis: Indiana Univ. Press, 1994.
- PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 69, p. 81-101, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/09.pdf>> Acessos em 27.set.2018
- PEARSON, M.N. First contacts between Indian and European medical systems: Goa in the sixteenth century. In: ARNOLD, D. (Ed.). *Warm Climates and Western Medicine: the emergence of Tropical Medicine, 1500-1900*. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 1996, p. 20-41.
- PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, O. 1815. La fin des vieux rêves. In: RIOUX, J-P. (Dir.). *Dictionnaire de la France colonial*. Paris: Flammarion, 2007, p. 23-26.

- POTELET, J. *Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français 1816-1840*. Paris: L'Harmattan, 1993.
- RAJ, K. *Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. Basingstoke/New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- RAJ, K.; SIBUM, H. O. Globalisation, science et modernité. De la guerre de Sept Ans à la Grande Guerre. In: RAJ, K.; SIBUM, H. O. (Dir.). *Histoire des sciences et des savoirs. Tome 2. Modernité et Globalisation*. Paris: Éditions du Seuil, 2015, p. 11-30.
- SARDET, M. *Médecins & pharmaciens de la Marine à Rochefort au XIXe siècle: un apport scientifique majeur*. Paris: Pharmathèmes, 2005.
- SARDET, M. *Naturalistes & explorateurs du Service de santé de la marine au XIXe siècle*. Paris: Pharmathèmes, 2007.
- STEPAN, N. L. *Picturing Tropical Nature*. New York/Ithaca: Cornell Univ. Press, 2001.
- TAILLEMITE, É. *L'Histoire ignorée de la marine française*. Paris: Perrin, 1988.
- TAILLEMITE, É. *Marins français à la découverte du monde. De Jacques Cartier à Dumont d'Urville*. Paris: Fayard, 1999.
- TARRADE, J. (Dir.) *La Révolution Française et les colonies*. Paris: Société française d'histoire d'Outre-mer, 1989.
- THÉSÉE, Françoise. *Le général Donzelot à la Martinique. Vers la fin de l'Ancien Régime colonial (1818-1826)*. Paris: Éditions Karthala, 1997.
- WINTROUB, M. *The Voyage of Thought: Navigating Knowledge across the Sixteenth-Century World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- ZANCO, J-P. (Dir.). *Dictionnaire des Ministres de la Marine, 1689-1958*. Paris: S.P.M. Kronos/L'Harmattan, 2011.